



ANO 15 Nº 8
Agosto de 2006

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

O desempenho da agropecuária gaúcha em 2006

A economia gaúcha caracterizou-se, nos dois últimos anos, por apresentar um desempenho aquém do da nacional. Em 2004, ela cresceu 3,0% contra os 4,9% do Brasil, e, em 2005, o Rio Grande do Sul decresceu 4,8%, enquanto o País teve um crescimento de 2,6%. A agropecuária foi o setor que, nesse período, apresentou as menores taxas de crescimento, com queda superior a 15% em 2005. Esse péssimo desempenho teve um impacto de -2,4% na composição da taxa do PIB global do Estado, ou seja, 50% da queda da economia gaúcha foram devidos ao mau desempenho da agricultura.

A principal causa para esse comportamento foi a estiagem que atingiu o Estado pelo segundo ano consecutivo, ocasionando, em 2005, a pior *performance* da agropecuária desde 1991.

Entretanto as informações disponíveis nesse primeiro semestre de 2006 indicam uma perspectiva bastante satisfatória para o ano. As lavouras com maior peso na economia do Estado (soja, milho, fumo, trigo e arroz) não enfrentaram, nesta última safra, problemas com o clima.

As pesquisas do **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola** relativas a junho de 2006 mostram que as estimativas para o ano, para praticamente todos os principais produtos da lavoura gaúcha, apresentam crescimento significativo em sua produção, sinalizando um crescimento elevado para a agricultura gaúcha em 2006. Estima-se um aumento médio da produção dos principais produtos da lavoura superior a 35% (contra um decréscimo de 21% em 2005).

Em relação tanto à produção quanto à área colhida e à produtividade, verificam-se taxas de crescimento elevadas. Quanto à produção, os destaques são o milho e a soja, com

um crescimento de mais de 200%, seguidos do feijão e da cana-de-açúcar, com 58,7% e 30,6% respectivamente.

Embora haja crescimento da área colhida em praticamente todas as lavouras, chama atenção que o crescimento da produção se dá com ganhos de produtividade. Verifica-se que as culturas de maior crescimento de produção são as mesmas que apresentam os maiores ganhos de produtividade: milho e soja, com 111,7% e 197,4% respectivamente, e feijão e cana-de-açúcar, com 41,8% e 23,2%.

Destaca-se, ainda, o fraco desempenho do trigo, cuja produção prevista se mantém semelhante à do ano passado — em torno de 1.389 mil toneladas —, não recuperando as quantidades de períodos anteriores. Em 2003, estava ao redor de 2.400 mil toneladas. Entretanto a área colhida prevista para este ano é 17,4% inferior à do ano passado, o que dá um ganho de produtividade de 21,0%.

De outra parte, o arroz, que é cultura irrigada e que não sofreu os efeitos da estiagem, mas, sim, dos preços, mantém crescimento de produção superior a 10%, com ganhos de produtividade de aproximadamente 8%.

Esses produtos citados — arroz, milho, soja, feijão, cana-de-açúcar —, conjuntamente com o fumo (que cresceu em produção e produtividade mais de 9%), perfazem em torno de 80% do valor da produção dos principais produtos da lavoura.

Assim, considerando a participação de cerca de 14% da agropecuária na estrutura produtiva gaúcha e o crescimento de mais de 35% na produção dos principais produtos da lavoura (que significam 55% do valor de produção da agropecuária), pode-se prever um ótimo crescimento agrícola, com expressiva contribuição no crescimento do PIB gaúcho de 2006.

Produção, área colhida e produtividade dos principais produtos da lavoura do Rio Grande do Sul — 2005 e 2006

PRODUTOS	PRODUÇÃO (t)			ÁREA COLHIDA (ha)			PRODUTIVIDADE (t/ha)		
	2005	2006 (1)	Taxa (%)	2005	2006 (1)	Taxa (%)	2005	2006 (1)	Taxa (%)
Arroz	6 103 289	6 736 641	10,4	1 005 874	1 029 077	2,3	6,1	6,5	7,9
Banana	108 187	118 149	9,2	10 501	11 338	8,0	10,3	10,4	1,1
Batata-inglesa	284 137	332 581	17,0	23 612	24 118	2,1	12,0	13,8	14,6
Cana-de-açúcar	908 930	1 187 217	30,6	32 439	34 403	6,1	28,0	34,5	23,2
Cebola	136 148	146 176	7,4	10 581	10 884	2,9	12,9	13,4	4,4
Feijão	75 004	119 008	58,7	108 582	121 477	11,9	0,7	1,0	41,8
Fumo	430 347	470 889	9,4	241 730	242 622	0,4	1,8	1,9	9,0
Laranja	311 745	331 924	6,5	27 217	27 378	0,6	11,5	12,1	5,8
Maçã	296 726	328 029	10,5	14 956	15 260	2,0	19,8	21,5	8,3
Mandioca	1 129 500	1 306 273	15,7	87 051	88 230	1,4	13,0	14,8	14,1
Milho (1ª safra)	1 485 040	4 580 355	208,4	965 586	1 406 763	45,7	1,5	3,3	111,7
Soja	2 444 540	7 510 017	207,2	3 733 822	3 857 070	3,3	0,7	1,9	197,4
Trigo	1 389 731	1 389 079	0,0	844 420	697 774	-17,4	1,6	2,0	21,0
Uva	611 868	624 114	2,0	42 450	44 298	4,4	14,4	14,1	-2,3

FONTE: LSPA-IBGE.

(1) Previsão segundo o boletim de junho do LSPA.

Sérgio Fischer (FEE/CIE)

Redução da TMM5 no RS: meta da ONU difícil de ser alcançada

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) apresentam uma série de oito compromissos aprovados pelos países-membros da ONU, que estabelecem metas para 2015. Entre elas, encontra-se a de reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos (TMM5).

Os indicadores de saúde são utilizados pelas instituições internacionais como indicadores de desenvolvimento. Dentre eles, destaca-se a TMM5, que é considerada, pela Unicef, como o melhor indicador sintético do processo de desenvolvimento. Seu resultado passa pelas questões da alimentação e da saúde nutricional; da renda; da disponibilidade de água limpa, de esgoto tratado e lixo coletado; e de segurança no meio ambiente da criança em geral.

Com a finalidade de calcular o esforço público necessário para reduzir a TMM5, com base no desempenho ao longo de uma década, elencam-se os municípios com mais de 100.000 habitantes no RS, com dificuldades de atingir a meta para 2015.

Os resultados encontrados apontam os municípios de Bagé, Pelotas, Santa Maria, Guaíba, Canoas, Uruguaiana, Passo Fundo, Gravataí, Porto Alegre, Caxias do Sul, Alvorada e Novo Hamburgo, que deverão acelerar suas políticas e seus programas — dirigidos não só às crianças, como às famílias e às comunidades —, para que a meta de redução da TMM5 seja atingida no tempo esperado.

Redução lenta demais da TMM5 nas cidades com mais de 100.000 habitantes, no RS — 1992, 2005 e 2015

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO EM 2005	TMM5 EM 1992	TMM5 EM 2005	META DA TMM5 PARA 2015	ESFORÇO NECESÁRIO (%)
Bagé	119 961	21,1	20,5	7,0	-66
Pelotas	334 101	25,8	24,4	8,6	-65
Santa Maria	256 394	17,6	14,0	5,9	-58
Guaíba	100 010	20,4	16,3	6,8	-58
Canoas	329 456	25,6	18,8	8,5	-54
Uruguaiana	132 934	36,5	25,4	12,2	-52
Passo Fundo	178 472	22,1	15,2	7,4	-52
Gravataí	261 619	16,7	11,0	5,6	-49
Porto Alegre	1 416 735	22,7	14,4	7,6	-48
Caxias do Sul ...	400 313	27,6	17,4	9,2	-47
Alvorada	216 122	27,9	16,5	9,3	-44
Novo Hamburgo	257 285	23,7	13,1	7,9	-40

FONTE: SES-RS.

FEE.

Hélio Puig Gonzalez (FEE/CIE)

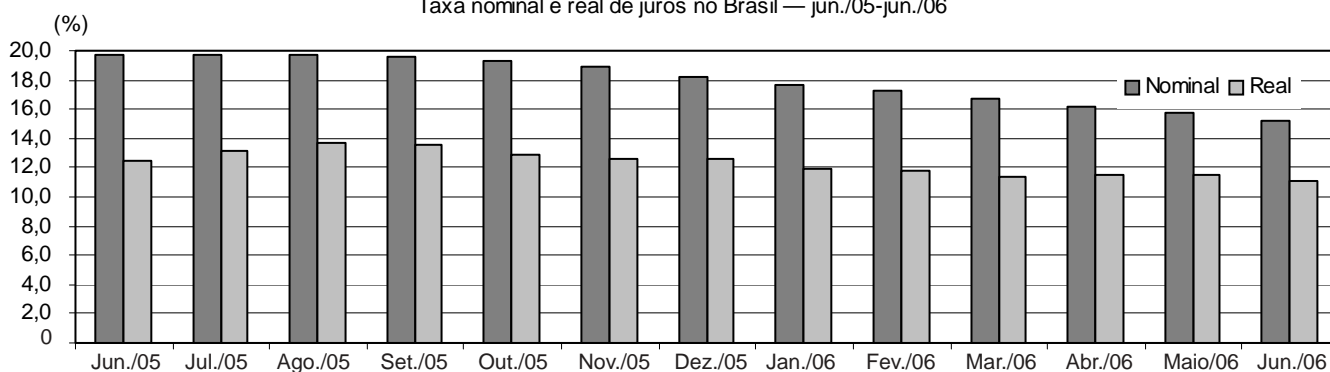
Juros reais não acompanham as quedas na Selic

O Banco Central tem anunciado sucessivas quedas na taxa de juros básica da economia brasileira. A taxa de juros nominal de curto prazo apresentou uma redução de cinco pontos percentuais, caindo, a partir de setembro de 2005, de 19,75% para os atuais 14,75%. Essa importante queda foi compensada, em grande parte, pela tendência declinante da inflação, decorrente principalmente da pressão sobre os preços exercida pela valorização cambial.

Quando se toma como referência o índice oficial da inflação brasileira (IPCA), nota-se que, após o início da redução da Selic, o crescimento dos preços medido pelo IPCA acumulado

nos últimos 12 meses mostrou uma queda superior a três pontos percentuais. Isso faz com que a taxa real de juros não mostre o mesmo ritmo de redução da taxa nominal. Essa constatação ganha importância, uma vez que a arbitragem internacional com divisas leva em conta as taxas de juros reais dos diversos países. Em um contexto de aumento das taxas básicas de juros nos EUA — no momento, em 5% ao ano —, o espaço para reduções acentuadas na taxa de juros real brasileira parece estar estreitando-se, apesar da consistente queda da inflação no País.

Taxa nominal e real de juros no Brasil — jun./05-jun./06



FONTE: Bacen.
IBGE.

NOTA: Utilizou-se a taxa de juros anual acumulada no mês (Selic); para o cálculo da taxa real, utilizou-se o IPCA mensal acumulado nos últimos 12 meses.

André Luís F. Scherer (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Crise agrícola redireciona o crédito para a safra 2006/07

A crise agrícola decorrente da combinação de fatores como adversidade climática e câmbio desfavorável, dentre outros, poderia provocar uma retração na intenção de plantio dos produtores para a próxima safra.

Com a finalidade de não comprometer o desempenho agrícola, o Governo Federal anunciou o Plano-safra 2006/07 em meio a uma comercialização marcada por fortes pressões por parte dos produtores rurais e pela edição de três pacotes de “socorro” ao setor nos últimos meses. O Plano acena com maior ênfase para as fases de custeio e comercialização da produção, em detrimento da valorização dos recursos para investimento, como ocorreu para a safra passada. Os recursos totais para essas duas primeiras linhas de crédito mostram um acréscimo de 24,7%, enquanto os de investimento indicam uma diminuição de 22,8%.

O pacote propõe ainda o acréscimo dos limites de empréstimo por tomador para o custeio e a comercialização e a redução das taxas de juro para algumas linhas de investimento do BNDES. No primeiro caso, nota-se um aumento acentuado do limite de crédito a juros controlados, principalmente para os sojicultores, cujos montantes passaram de R\$ 150.000/tomador para R\$ 300.000/tomador. Para os programas do BNDES, as sucessivas reduções na taxa básica de juros da economia possibilitaram a queda das taxas de programas como o Moderfrota e o Prodecoop, igualando-as à taxa de 8,75% ao ano, como nas demais linhas de crédito rural.

Essas medidas evidenciam a preocupação com os resultados da próxima safra, cujos volumes de produção poderiam vir a ser afetados pela tendência de retração na área plantada ou no padrão tecnológico das atividades agropecuárias.

Valores do crédito rural previstos, por linhas de financiamento, no Brasil — safras 2005/06 e 2006/07

FONTES DE RECURSOS E PROGRAMAS	SAFRA 2005/06 (R\$ milhões) (A)	SAFRA 2006/07 (R\$ milhões) (B)	VARIAÇÃO % B/A
1 - Custeio e comercialização			
Juros controlados ...	33 200	41 400	24,7
Juros livres	20 900	30 100	44,1
2 - Investimento	12 300	11 300	-8,1
Moderfrota	11 150	8 600	-22,8
Finame especial e Proger rural	5 500	3 000	-45,4
Outros programas do BNDES	600	300	-50,0
Fundos constitucionais	3 050	3 100	1,6
Subtotal (1 + 2)	2 000	2 200	10,0
3 - Agricultura familiar	44 350	50 000	12,7
TOTAL (1 + 2 + 3)	9 000	10 000	11,1
	53 350	60 000	12,5

FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)

Crise das finanças mobiliza sociedade gaúcha

A execução do orçamento da Administração Pública Estadual consolidada (Direta e Indireta), no período 2003-06, tornou-se cada vez mais difícil. O déficit orçamentário (a preços de julho de 2006) foi de R\$ 419 milhões em 2003 e praticamente dobrou nos dois anos seguintes, chegando ao nível de R\$ 925 milhões. Em 2006, no acumulado de janeiro a maio, o déficit foi ainda pior: R\$ 932 milhões (em igual período do ano anterior, o déficit acumulado estava em R\$ 134 milhões).

Evolução do resultado da execução do orçamento da Administração Pública Estadual consolidada do RS — 2003/06

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)				
	2003	2004	2005	JAN.-MAIO/05	JAN.-MAIO/06
Receita consolidada	16 135	15 423	16 776	6 468	7 046
Despesa consolidada	16 554	16 348	17 699	6 602	7 978
Resultado orçamentário	-419	-925	-922	-134	-932

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS/Contadoria e Auditoria Geral do Estado/Divisão de Informações Legais e Gerenciais-Sistema AFE.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI/FGV para julho de 2006.

Nos últimos anos, a receita consolidada somente reagiu em função do aumento de alíquotas do ICMS ocorrido em 2005. Em 2003, atingiu R\$ 16,1 bilhões, caiu para R\$ 15,4 bilhões em 2004 e subiu, em 2005, para R\$ 16,8 bilhões. No acumulado de janeiro a maio de 2006, a receita melhorou em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 7 bilhões. Já a despesa consolidada, que estava em um patamar semelhante nos anos de 2003 e 2004 — em torno de 16,5 bilhões —, aumentou muito em 2005, chegando a R\$ 17,7 bilhões. A situação no acumulado também piorou: de janeiro a maio de 2006, a despesa havia alcançado R\$ 7,9 bilhões, mais de R\$ 1,3 bilhão superior à do mesmo período do ano anterior. Essa situação deficitária recorrente mobilizou a sociedade gaúcha, no mês de julho, para selar um acordo de todos os partidos e empresários — chamado de Pacto pelo Rio Grande —, na busca de um consenso em torno de propostas que poderão representar um alívio financeiro nos próximos anos. Parte das medidas do acordo deve ser incorporada à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007, com o objetivo do tão almejado equilíbrio fiscal

Alfredo Meneghetti Neto (FEE/CEES)

Inovação e desempenho industrial

A análise da indústria gaúcha a partir de uma ótica de curto prazo revela que duas variáveis foram as principais responsáveis pela queda da produção iniciada em 2005: o clima e a taxa de câmbio. Além disso, a influência da taxa de juros sobre ramos industriais que dependem do crédito para sua comercialização e/ou para a aquisição de insumos e de componentes não é um fator desprezível.

Essa situação crítica sugere a necessidade do exame de alguns elementos estruturais, capazes de melhor orientar políticas de longo prazo e estratégias empresariais. A análise da evolução do processo inovativo na indústria gaúcha é, sem dúvida, um desses elementos. Atualmente, a Pesquisa de Inovação Tecnológica na Indústria (Pintec), lançada recentemente pelo IBGE, disponibiliza resultados relativos a 2000 e a 2003, que permitem efetuar algumas considerações sobre a atividade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) industrial no Brasil e nos estados brasileiros.

Com base na Pintec, observa-se que, entre 2000 e 2003, a participação dos dispêndios das empresas em P&D na sua receita líquida registrou queda tanto no Brasil quanto no RS. Esse comportamento foi idêntico em alguns estados escolhidos, como é o caso dos demais estados do sul e de São Paulo. Constata-se também que as empresas gaúchas investiram menos em P&D do que a média nacional, tendo apresentado uma redução maior do que a do Brasil e a do Estado de São Paulo.

No Brasil, esse percentual passou de 0,64% em 2000 para 0,53% em 2003; em São Paulo, de 0,76% para 0,72%; e, no RS, de 0,58% para 0,40% respectivamente. Com relação aos outros estados do sul, a situação foi menos definida. No ano 2000, a participação dos dispêndios em P&D das empresas gaúchas foi superior à do Paraná (0,50%) e à de Santa Catarina (0,57%). Em 2003, o Estado do Paraná, mesmo tendo registrado queda, obteve uma participação superior à do RS. Já Santa Catarina sofreu a maior redução, registrando uma taxa de participação muito inferior à dos demais.

Esses números, isoladamente, não permitem chegar a conclusões definitivas, porém alertam para uma tendência que pode conter ameaças para a conquista, e mesmo para a manutenção, da participação da indústria gaúcha no mercado mundial de bens de maior valor agregado. Essa tendência é ainda mais preocupante, se forem considerados a importância das exportações para o RS e o papel central que desempenha a inovação na concorrência internacional. É verdade que essa queda detectada no Brasil e em todas as unidades da Federação está ligada a diversos fatores macroeconômicos que privilegiam o aumento da participação de produtos de menor conteúdo tecnológico na pauta de exportações. No entanto, um estado que tanto investiu na criação de uma infra-estrutura eficiente de P&D, pública e privada, não pode desperdiçar esse acúmulo em nome de interesses de curto prazo.

Participação dos dispêndios em P&D na receita líquida das empresas, em unidades da Federação selecionadas — 2000 e 2003

DISCRIMINAÇÃO	2000				
	Brasil	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	São Paulo
A - Receita líquida de vendas (R\$ 1 000) ...	582 406 146	43 052 024	26 391 571	29 697 283	277 049 824
B - Dispêndio em atividades internas de P&D (R\$ 1 000)	3 741 572	247 876	150 950	148 261	2 121 359
B/A (%)	0,64	0,58	0,57	0,50	0,76
DISCRIMINAÇÃO	2003				
	Brasil	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná	São Paulo
A - Receita líquida de vendas (R\$ 1 000) ...	953 705 414	70 990 367	50 793 928	45 839 854	433 902 143
B - Dispêndio em atividades internas de P&D (R\$ 1 000)	50 989 811	283 200	162 001	216 009	3 102 601
B/A (%)	0,53	0,40	0,32	0,47	0,72

FONTES: PINTEC-IBGE.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.07.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 800 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grando e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.